

**GREVE DOCENTE DE 2012 NA UFMG E TECNOLOGIAS DIGITAIS:
EXPRESSÃO DA PROLETARIZAÇÃO E DO COMBATE À MAIS-VALIA
RELATIVA**

Rosilene Horta Tavares¹
Savana Diniz Gomes Melo²

Apresentação

Sob a temática dos *conflitos do trabalho e sindicalismo*, este artigo analisa especificamente o contexto do capitalismo contemporâneo, que incrementa, no trabalho docente, mais-valia relativa, em especial por meio das tecnologias da informação e comunicação. A greve docente de 2012 das Instituições Federais do Ensino Superior, tem recorte investigativo na greve na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em adesão tardia a greve nacional dos docentes das Instituições Federais de Educação Superior (IFES) brasileiras, protagonizada pelo ANDES-SN.

Destacaremos neste trabalho as principais motivações dessa greve, se revelou como forma de resistência coletiva ao incremento, em especial por meio das tecnologias da informação e comunicação, de mais-valia relativa. Processo este que vem se efetivando com elaborados mecanismos de controle e administração do processo de trabalho docente na UFMG.

O artigo, fundamentado em estudos teóricos, e em pesquisa documental e observação participante, se insere em uma perspectiva de análise crítica, fundamentada no pensamento de Karl Marx e autores que dialogam com suas teorizações. Por outro lado, buscaremos evidenciar formas explícitas e por vezes *ocultas* de resistência à intensificação da exploração do trabalho, que se efetiva independentemente de partidos políticos que ocupem a gestão estatal.

Argumenta-se que o movimento paredista das IFES em 2012 se constituiu em um contexto em que o capitalismo contemporâneo incrementa um profundo processo mercadorização da educação correlato a um processo de proletarização dos professores universitários.

Tal processo engendrou, por sua vez, entre outras, forte resistência e combate por parte de uma parcela desses trabalhadores – aquelas mais submetidas à precarização, explicitados na greve

¹ Professora e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Universitátis, da Universidade Federal de Minas Gerais, Doutora pela Universidade Complutense de Madri.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG). Vice-coordenadora da Linha de pesquisa Políticas Públicas e Educação: Concepção, Implementação e Avaliação. Coordenadora do Grupo de Estudos sobre a Universidade (UNIVERSITÁTIS/FAE/UFMG).

de 2012, que no caso da UFMG, emergiu e se consolidou, não pela via sindical, senão sob o protagonismo de um movimento autoconvocado de professores.

Para desenvolver tais argumentos este texto se divide em três partes. A primeira parte do texto situa e analisa o contexto do capitalismo contemporâneo, que incrementa, no trabalho docente, a mais-valia relativa, em especial por meio das tecnologias da informação e comunicação. A segunda parte, caracteriza e analisa a greve das IFES de 2012 e a adesão tardia e autônoma de professores da UFMG, chamando a atenção para alguns de seus desdobramentos. A última parte do texto discute a relação entre o estágio atual de acumulação de capital e o estratégico papel nele desempenhado pela educação e pelas tecnologias em sentido amplo, e pelas tecnologias da informação e comunicação ou digitais, em específico. O artigo se encerra com algumas considerações finais, a modo de instigar a continuidade e o aprofundamento de estudos sobre o argumento central do texto - o combate a mais valia relativa por parte dos docentes das universidades públicas no Brasil.

I Capitalismo, Tecnologia e Trabalho

Partimos do princípio - na discussão da relação entre sociedade e tecnologia - do caráter contraditório desta última, no sentido de buscar dela ampliar o seu aspecto social, como desenvolve Tavares (2004, pág. 286-291) ao longo de seu estudo.

Por um lado, destaca-se a importância contemporânea das tecnologias da informação e comunicação (TIC), cuja ênfase, no terreno da resistência dos trabalhadores, está no papel, criado pelos seres humanos, em seus processos de lutas emancipatórias em termos sociais, econômicos, culturais e políticos. Pressupomos que esse papel pode ser grande, caso os movimentos sociais concebam que está em curso uma transformação da noção de tempo, através da unificação da percepção do espaço/tempo (cf. Sorj, 2003) devido à primazia cada vez maior das novas tecnologias da informação e comunicação no conjunto das relações sociais, o que atribui significado novo à *racionalidade instrumental* da sociedade industrializada, incluindo aí a *Sociedade do Conhecimento ou Sociedade da Informação*, na qual a internet tem papel central.

Sorj (2003, pág. 35) nos instiga a pensar, a propósito da Internet, que o espaço, na experiência humana, é determinado pelo curto alcance dos sentidos, que exige/exigia que o indivíduo tenha de deslocar-se para entrar em contato com outro indivíduo ou local. A velocidade do deslocamento leva a associar o sentido de tempo com o da distância, diz o autor. Ele analisa

que mecanismos para transmitir informação (como tambores, sinais de fumaça, correio, telégrafo, telefone, televisão) foram os engenhos construídos pelo homem para transmitir informação sem necessidade de deslocamento, redimensionando as relações entre tempo e distância. Mas à medida que voz, texto e imagem podem ser transmitidos de forma instantânea, diz Sorj, «a noção de espaço associado a tempo, pelo menos em relação aos objetos transmissíveis de forma digital, tende a desaparecer». A argumentação de Sorj prossegue com a ideia de que com o sistema de transmissão de imagem de televisão via satélite os eventos já aconteciam para o mundo todo no mesmo instante, sem a limitação do espaço/tempo. E a internet, analisa Sorj,

«levou essa revolução a um novo patamar, permitindo que qualquer indivíduo, em qualquer lugar do mundo, possa estar em contato imediato – transmitindo voz, texto e imagem que ele escolher com qualquer outra pessoa e lugar do planeta». Ao mesmo tempo, a internet, «levou para o espaço virtual, portanto um espaço atemporal, boa parte do acervo cultural humano transformável em informação digital, colocado à disposição de qualquer usuário onde quer que ele esteja. A unificação do espaço/tempo não significa, porém, o desaparecimento da temporalidade; ela representa a contração, aceleração e valorização do tempo pelo desaparecimento da barreira espacial.»

Talvez então pela capacidade de «unificar o espaço-tempo» sejam tão grandes as potencialidades e aplicações sociais, econômicas e políticas da junção entre as telecomunicações e a informática. E é a internet que melhor encarna isso, considerando que ela passou a ser a base tecnológica para a forma organizacional da sociedade atual: a rede, conforme conceptualiza Castells (2003), em *A Galáxia da Internet*.

Mas antes que a nova noção de tempo se concretize somente como lógica instrumental, criando renovados mecanismos de medição dos ritmos do trabalho e da vida, talvez a capacidade de luta de uma maioria da sociedade possa impedir uma ainda mais intensa tirania sobre a existência humana. Uma das lutas nesse sentido, ainda que específica, foi a greve dos professores das IFES em 2012, não somente pelo uso da internet para a expansão de tal movimento, mas especialmente porque tal expansão se conjugou com um momento no Brasil em que os trabalhadores faziam uma experiência política com um governo de tipo desenvolvimentista e populista. Aprofundar a análise da relação entre a política e a tecnologia no Brasil, em termos dos interesses da classe trabalhadora é ainda um grande desafio teórico.

Mais-Valia Relativa

A mais-valia relativa é introduzida no processo de produção quando a mais-valia absoluta atinge seus limites, restando ao capitalista, como alternativa, a implementação da mais-valia relativa que tem a função de aumentar o valor total do que cada trabalhador produz. Nessa modalidade é mantida a mesma duração da jornada de trabalho, que é uma vez mais dividida de modo a obter mais mais-valia a ser apropriada pelo capital. Isso requer a redução do tempo de trabalho necessário, quer dizer, uma redução no valor da força de trabalho. A extração de mais valia relativa pode ocorrer tanto ao se reduzir a quantidade de valores de uso consumidos pelo trabalhador, ou reduzindo-se o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mesma quantidade de valores de uso. Em ambos os casos, o mecanismo é o crescimento da produtividade. (BERNARDO, 1991).

Mas, no que tange às tecnologias da informação e da comunicação, TIC, e a internet, especialmente, são efetivamente passíveis de uma *disputa* que redunde em algumas vitórias para a classe trabalhadora? A resposta a esta questão pode ser positiva, e em variados sentidos.

Primeiro, porque as TIC, exatamente devido à sua capacidade de *modificar o tempo relógio* possui, em sua natureza, as relações sociais capitalistas de extração de mais-valia, ao mesmo tempo que concretiza a alienação política. Conhecer e lutar pela criação social, nas lutas coletivas, de novas tecnologias poderia então auxiliar nos processos de resistência às novas formas de exploração do trabalho e de opressão política. Em segundo lugar, buscar o controle social das TIC pode ser relevante porque elas podem também potencializar a capacidade de mobilização dos trabalhadores. Ambas as possibilidades – meios de controle da sociedade e meios controlados pela sociedade parecem assim estar ainda em aberto pela novidade representada essencialmente pelo fato das TIC criarem, a partir da intervenção do homem, uma nova noção de tempo.

Por outro lado, conhecer o potencial das TIC é essencial, inclusive, para verificar a que tecnologias os setores populares não podem ter acesso, ou seja, o que estão *perdendo* devido à desigualdade social. Mesmo porque, deve-se ponderar que o acesso às TIC é importante também devido ao fato de que há exigências crescentes para uma permanente atualização dos conhecimentos e competências das organizações, dos trabalhadores, em linguagem de senso comum os “consumidores e cidadãos”, para sua integração ao sistema, como salientam Lastres *et ell* (2003, pág. 539).

Ainda que neste caso do incremento para o consumo e o aumento da produtividade do trabalho as TIC sejam claramente meios para a integração à economia de mercado, a discussão aqui, da importância contemporânea das novas tecnologias da informação e comunicação como meios de *emancipação social* deve-se ao fato de que o interesse de nossos estudos não se pauta exclusivamente pela crítica e descarte de tudo o que diz respeito às formas de alienação, controle e exploração impostos pela razão dominante.

Nesse sentido, conforme ressalta Bustamante (1993, pág.174-182), o uso da internet, por exemplo, como veículo de transmissão de ideias e de comunicação pessoal «vai sem dúvida estabelecer novos critérios de diferenciação social. Indivíduos, empresas, coletivos sociais que não tenham acesso por razões econômicas, técnicas ou de rechaço psicológico, se encontrarão em uma posição precária na hora de definir seu presente e seu futuro», argumenta o autor. De fato, os novos «critérios de diferenciação social» já estão na verdade criados como resultado das formas renovadas de desenvolvimento desigual e combinado próprio do capitalismo.

Racionalidade instrumental e racionalidade emancipatória

Segundo a abordagem de Marcuse (1973), o caráter da tecnologia moderna oferece uma maior capacidade de controle, porém ao mesmo tempo impede que o homem se encontre a si mesmo mais além da alienação de um mundo artificializado. Para o autor, a ciência e a tecnologia não devem pois orientar-se a redesenhar o mundo sob novos parâmetros de eficácia e racionalidade, e sim que a autorealização do homem está intrinsecamente ligada à realização das possibilidades da natureza. Com isso, o desenvolvimento de um novo conhecimento, de uma nova consciência, nasceria da experiência da natureza como a totalidade da vida por proteger e cultivar, e a tecnologia poderia aplicar esta ciência ou conhecimento à reconstrução – não ao redesenho – do entorno vital. A partir daqui poderia desenvolver-se uma teoria da gratificação pessoal, da autoemancipação e a busca de alternativas à relação entre o homem e a natureza mediatizada pelo desenvolvimento e extensão das formas tecnocientíficas atuais.

Essas argumentações de Marcuse são absolutamente atuais e a nosso entender encontra eco na análise trazida por Marx em *O Capital*. Em algumas passagens desta obra Marx trata da exterioridade das relações sociais relativamente ao sistema imediato da produção e a realização da liberdade para além dos limites da necessidade do trabalho produtivo. Segundo Marx, isso é o que permite, por um lado, atingir uma etapa em que desapareçam a coação e a monopolização do progresso social (incluindo os seus benefícios materiais e intelectuais) por uma fração da sociedade em prejuízo da outra. Por outro lado, o sobretrabalho cria os meios materiais e

o germem de uma situação que, numa forma mais elevada da sociedade, permitiria o estabelecimento de uma correlação entre esse trabalho e o tempo consagrado ao trabalho material, que seria mais reduzido. [...] Mas a quantidade de valores de uso produzidos num tempo dado e, portanto, também num tempo dado de sobretrabalho, depende igualmente da produtividade do trabalho. Assim, para Marx, a verdadeira riqueza da sociedade e a possibilidade de uma expansão ininterrupta do seu processo de reprodução não dependem da duração do sobretrabalho, e sim da sua produtividade e das condições mais ou menos aperfeiçoadas em que se executa. Por essa razão é que Marx considera que, efetivamente, o reino da liberdade só começa quando deixa de se trabalhar por uma necessidade imposta do exterior; e situa-se, pela sua própria natureza, além da esfera de produção material propriamente dita.

Marx pondera então que tal como o homem primitivo tem de lutar contra a natureza para satisfazer as suas necessidades, manter a sua vida e reproduzir-se, também o homem civilizado é obrigado a essa luta, sejam quais forem a estrutura da sociedade e o modo de produção. O desenvolvimento humano expande também a importância das pressões da natureza, pois as necessidades aumentam; mas simultaneamente desenvolvem-se as forças produtivas que podem satisfazê-las. Neste campo, diz o autor, «a única liberdade possível consiste em o homem social, os produtores associados, regularem racionalmente as suas trocas com a natureza, de maneira a controlarem-na em conjunto em vez de serem dominados pelo seu poder cego, e realizarem essas trocas dispendendo o mínimo de força, e nas condições mais dignas e conformes à sua natureza humana». Entretanto, Marx analisa que esta atividade constituirá sempre o reino da necessidade. Só para além dela começa o desenvolvimento das forças humanas «com fim em si, o verdadeiro reino da liberdade, que só poderá expandir-se livremente se se fundar sobre o outro reino, a outra base, a da necessidade. A condição essencial dessa livre expansão é a redução do dia de trabalho.»

Em uma outra passagem do *Capital*, Marx evidencia que além da parte que serve para a acumulação, quer dizer, para expandir o processo de reprodução, é esta a única parte da mais-valia e do sobre-produto, portanto do sobretrabalho, que deverá continuar a existir mesmo após a abolição da economia de mercado. Isso pressupõe, diz Marx, que a parte consumida regularmente pelos produtores imediatos não se limite ao seu mínimo atual. De modo que além do sobre-trabalho a fornecer para todos os que são demasiado novos, ou demasiado velhos para participarem da produção, «ninguém teria mais que trabalhar para sustentar os que não fazem nada.» Os pressupostos de criação de uma outra sociedade ficam ainda melhor evidenciados

quando Marx, no *Capital* (CB 3º 296) diz que «[...] é o lucro e a relação entre esse lucro e o capital utilizado, portanto um certo nível da taxa de lucro, a decidirem a extensão ou o limite da produção, em vez de ser a relação da produção com as necessidades sociais, as necessidades de seres humanos socialmente evoluídos».

Esta categoria do *valor de uso social*, nunca aparecendo claramente explicitada nem definida por Marx, preside no entanto, a todas as passagens de *O Capital* em que a prática dos movimentos sociais na luta contra a opressão política e a exploração se exprime na intuição do modo de produção desejado. Essa *intuição*, a traduzo por uma racionalidade emancipada, em contraposição ao que Marcuse (1973, pág.36) denomina como elemento irracional da racionalidade da sociedade, sendo esta a sua contradição interna. Há, portanto, dois fatores ostentados pela sociedade industrial avançada (nos limites temporais da análise de Marcuse) ou, atualmente, pela «sociedade da informação», em seus aspectos totalizantes: a tendência para a consumação da racionalidade tecnológica e esforços intensos para conter essa tendência no seio das instituições estabelecidas. A sociedade industrial, e a atual - que faz suas a tecnologia e a ciência - é organizada para a dominação cada vez mais eficaz do homem e da natureza, para a utilização cada vez mais eficaz de seus recursos, segundo interpretação que aqui fazemos de Marcuse. O autor afirma que a sociedade torna-se irracional quando o êxito desses esforços cria novas dimensões de realização humana: «Organização para a paz é diferente de organização para a guerra; as instituições que serviram à luta pela existência não podem servir à pacificação como um meio.»

Tal forma qualitativamente nova de existência, analisa Marcuse (1973, pág.37), jamais poderá ser visualizada como mero subproduto de transformações econômicas e políticas, como o efeito mais ou menos espontâneo das novas instituições que constituem o requisito necessário. A transformação qualitativa, diz o autor, também compreende uma transformação na base *técnica* em que repousa essa sociedade - a que sustenta as instituições econômicas e políticas pelas quais a «segunda natureza» do homem como objeto agressivo de administração é estabilizada.

Na relação entre trabalho, tecnologia e ideologia, também na atualidade, as técnicas de produção são técnicas políticas, e como tal, segundo a base analítica de Marcuse (1973, pág. 37), prejudgam as possibilidades da Razão e da Liberdade, pois «a tal Razão enquanto razão histórica, contradiz a ordem estabelecida dos homens e das coisas em nome das forças sociais existentes que revelam o caráter irracional dessa ordem - pois “racional” é um modo de pensar e de agir que está orientado para reduzir a ignorância, a destruição, a brutalidade e a opressão.»

Por outro lado, nossos estudos apontam para a análise de que em processos coletivos de lutas sociais, como greves com participação ativa dos trabalhadores, as formas de redirecionamento das tecnologias e o aprendizado social advindos da utilização das TIC podem propiciar um fundamento eminentemente social e interativo. Desde que, entretanto, haja *luta* por seu direcionamento visando a *emancipação humana*. Isso porque a interatividade permitida pelas TIC, por exemplo, pode ser para a competição ou para a cooperação (cf. Lastres *et. ell* , 2003, pág. 545-546).

No que diz respeito às possibilidades cooperativas das TIC examinaremos, na continuidade de nossa pesquisa, como as greves docentes no ensino superior (à semelhança de outros movimentos sociais contemporâneos) se organizaram não somente por relações cara-a-cara, mas muito especialmente através das tecnologias, tendo como princípios a solidariedade, a valorização da coletividade e da emancipação humana em contraposição aos valores competitivos hegemônicos.

Tais movimentos estão de fato ocorrendo, mesmo que se saiba, e talvez mesmo porque seja patente, que a maior parte dos indicadores atuais da economia e da sociedade do conhecimento e do aprendizado diz respeito, sobretudo, àquelas parcelas do conhecimento que são importantes para o setor produtivo, isto é, as inovações. E que apesar de tal conhecimento visar tanto as inovações tecnológicas como as organizacionais e institucionais, a ênfase acaba recaindo sobre as tecnológicas (cf. Lastres *et. ell* , (2003, pág. 545-546). Entretanto, acredita-se que, apesar da hegemonia avassaladora da ideologia e da prática econômica dominante na definição dos rumos das TIC, nem tudo neste campo está absolutamente definido, exatamente porque são muitas as dificuldades para se analisar realidades que são emergentes e conceitos que estão ainda em formação, ainda pouco compreendidos e de frágil consenso. E também principalmente porque no lapso das novas tecnologias a realidade concreta é extremamente contraditória. Dessa forma, não parece que exista para os fenômenos tecnológicos em curso no mundo, por serem muito complexos, indicadores e conceitos passíveis de agregações, comparações e extrapolações que possibilitem, de maneira muito segura, a tomada de decisões e ao estabelecimento de estratégias e prioridades que dê a completa hegemonia neste campo à economia capitalista (adaptado de Lastres *et al*, 2003:537). Ou seja, há espaço para a luta.

Na continuidade da pesquisa aprofundaremos os estudos teóricos que vimos realizando sobre a relação entre trabalho e tecnologia na sociedade atual, fundamental tanto para se compreender a intensificação do trabalho docente no ensino superior quanto para se analisar formas de criação de *antitecnologias*, sendo este um constructo conceitual das autoras, ou, dito de outra

forma, tecnologias forjadas pelas relações sociais solidárias construídas em lutas coletivas. Como, em nosso entendimento, foi a greve dos professores na UFMG em 2012.

II A greve dos docentes das IFES em 2012: a potente adesão tardia e saída prematura dos professores da UFMG

Os professores das IFES brasileiras, organizados no sindicato ANDES-SN, deflagraram e desenvolveram, em 2012, uma greve por tempo indeterminado, que foi considerada a mais longa do setor. Com a adesão inicial de dez instituições, já no primeiro dia de greve a adesão cresceu para vinte e nove instituições. Ao todo, a greve envolveu setenta e seis IFES. Assim além de a mais longa da história, pode-se considerá-la a de maior abrangência e intensidade da história.

As motivações para essa greve foram duas: a melhoria do plano de carreira docente e das condições de trabalho e de ensino dos professores.

Segundo o Andes-SN, desde o final de 2010, os professores organizados em sua base vinham procurando negociar com o governo federal a reestruturação da carreira docente. A base da proposta de carreira do movimento era a existência de conceitos definidos, que pudessem valorizar a atividade docente, torná-la estável e atraente, para ingresso e permanência. Desta forma, se pretendia resgatar direitos que, segundo o Andes-SN, foram usurpados dos professores ao longo dos últimos 20 anos.³ Segundo a presidente do ANDES-SN, na ocasião a adoção desse instrumento de pressão se deu porque “ (...) o governo está de costas aos docentes e à educação federal”

Ante ao não cumprimento por parte do governo de negociações iniciadas em 2010, o movimento paredista reivindicava o estabelecimento de um plano de carreira único para os professores e a melhoria das condições de trabalho. À época, o salário base mínimo do professor das IFES era de R\$ 2.329,35.

Com relação à carreira, o movimento grevista partia do princípio de que o Plano de Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, conquistada em 1987 com o objetivo de ser gerida no âmbito da autonomia universitária, e que previa o estímulo ao desenvolvimento do docente de forma equilibrada, considerando o tempo de serviço, a formação continuada, a avaliação do plano de trabalho no espaço acadêmico coletivo e a

³ Cf. <http://www.andes.org.br:8080/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=5576>

valorização da Dedicção Exclusiva como regime de trabalho preferencial, havia sofrido muitas alterações desde o governo de Fernando Collor. Com tais alterações impostas, a carreira encontrava-se desfigurada, extraindo direitos dos professores. A tabela salarial havia sido mantida congelada desde 2010 e a composição remuneratória, que antes seguia uma lógica conceitual e matemática, havia sido esfacelada⁴.

Segundo a presidente do Andes-SN, a expansão quantitativa de vagas nas IFES por meio do Reuni, não veio acompanhada da expansão qualitativa. Por outro lado, argumenta ela,

“(...) incentiva-se o produtivismo e a individualização dos profissionais, buscando retirar do fazer acadêmico toda sua característica artesanal e as especificidades das áreas do saber. As IFES passam a preparar para o mercado, de forma imediatista e precária, e não mais para a vida”. (ANDES-SN, 2012)⁵

O conflito grevista relacionou-se também a uma forte mobilização que buscou reverter a marcha em curso da precarização da atividade docente, submetida a maneiras "informais" de contratação e complementação salarial (bolsas variadas; professores substitutos ou temporários; professores voluntários) e a um modelo produtivista de avaliação de desempenho (elevação da carga de trabalho em sala de aula, combinada a cobranças de indicadores quantitativos de publicação, participação em congressos, orientações, patentes).

Enquanto o movimento grevista nacional dos docentes das universidades se ampliava e intensificava e aprofundava no país, na UFMG, a diretoria da APUBH o ignorava. Contudo, um grupo de professores descontentes com a posição e a atuação do sindicato nos últimos anos, iniciou um processo de discussão sobre a greve nacional no interior da UFMG, entre pares, o que engendrou a conformação de um movimento de professores autoconvocados numeroso e ativo. Tal movimento foi ganhando cada vez mais adesão no interior da UFMG de uma parcela dos professores, justamente aquela mais identificada com as motivações da greve nacional. Ao cabo de algumas assembleias desse movimento autoconvocado, a direção do sindicato pressionada pelos sindicalizados, convocou assembleias gerais que, após calorosos e disputados debates, aprovaram *um mês depois da deflagração da greve nacional*, a adesão dos professores da UFMG sob o Comando Nacional do ANDES-SN.

Com a greve deflagrada na UFMG os professores puderam participar ativamente da greve nacional de 2012, puderam compor o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN e integrar as atividades do conjunto da categoria, ações em Brasília, como, por exemplo, marchas,

⁴ Cf. <http://www.andes.org.br:8080/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=5576>

⁵ Cf. <http://www.andes.org.br:8080/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=5576>

audiências públicas no Congresso Nacional, reuniões, além de se solidarizar com lutas de outras categorias da classe trabalhadora. Internamente, o Comando Local Greve pode promover assembleias e ações locais com ampla participação dos professores da UFMG.

As formas de participação dos professores da UFMG na greve nacional foram multifacetadas, devido a distinções nas condições e relações de trabalho e também às diferenciadas motivações de caráter ideológico, ou mesmo pragmáticas. Com o fim da greve, se constituiu o Coletivo dos Professores da UFMG, expressando sua identidade inicial com o documento Para Seguirmos Indignados. Tendo em vista, por outro lado, o papel desempenhado pelo (autoproclamado) Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco (APUBH), considerado por esse Coletivo como distante dos anseios e dos interesses da maioria dos professores, por sua prática centrada não na mobilização ativa dos trabalhadores, mas sim em uma representação pautada por viés de caráter assistencialista, e empresarial. Analiso na pesquisa que tal Coletivo desenvolveu, de 2012 a 2016, diversas ações para discussão dos problemas da categoria, tendo em vista o cenário e as mobilizações nacionais, por considerar que os problemas locais estão necessariamente condicionados pelas políticas econômicas do capital e governamentais e/ou estatais, levadas a cabo pelos governos federais e seus organismos; especialmente a CAPES, com seu papel de fomentador da produtividade acadêmica.

A greve na UFMG, portanto, teve adesão tardia e sua saída da greve nacional foi prematura, já que o comando local de greve não logrou aprovar da assembleia final, a saída unificada do movimento paredista, conforme era a orientação do Comando nacional de greve. Mas a greve na UFMG perdurou por 79 dias, e de forma intensa.

Por outro lado, ao término da greve, o comando local estrategicamente, conseguiu aprovar e fundar continuidade da luta na UFMG, por meio do documento Para seguir Indignados”. E com isso fundou um movimento que depois foi denominado Coletivo de Professores da UFMG. A carta programa desse movimento foi distribuída aos presentes na assembleia final da greve, e, posteriormente em todas as Unidades da UFMG. De modo que grevistas ou não, sindicalizados ou não, todos os docentes puderam conhecer o documento e suas análises e proposições para o movimento docente no interior da UFMG. Tal documento norteou muitas das atividades que se seguiriam por anos na UFMG.

Entre muitas de suas atividades desse Coletivo registram-se reuniões, debates sobre temas de prioridade nas pautas nacionais e locais, oferta de cursos, disciplinas de graduação e pós-

graduação, pesquisas, atividades de extensão, entre outras, como também incentivos a formação de duas chapas de oposição que concorreram às eleições da APUBH em 2014 e 2016, obtendo grande expressão de votos sem, contudo, lograr ganhar a direção do sindicato.

Além disso, o Coletivo construiu variados e potentes espaços coletivos de debates, visando potencializar lutas anticapitalistas no interior da UFMG, movidas pelo princípio ou estratégia maior designado como “luta pela construção de uma sociedade igualitária sem opressões e sem exploração, que persiste sendo a principal relação social, independentemente de qual partido político ocupe as gestões de Estado.”⁶

III Considerações Finais

Nos estudos teóricos que realizamos sobre a relação entre o estágio atual de acumulação de capital há um estratégico papel nele desempenhado pelas tecnologias em sentido amplo, e pelas tecnologias da informação e comunicação ou digitais, em específico. A importância deste recorte se revela quando se atenta para uma das condições centrais do trabalho docente, analisada por Deise Mancebo (2011). As mudanças no trabalho docente provocaram uma agilização dos produtos, mediante a utilização das novas tecnologias, que propiciaram um incremento de mais-valia ao trabalho dos professores, no ensino, pesquisa, extensão e na administração com tempos dedicados e não computados na carga horária docente, como se fosse um “trabalho invisível”.

Este artigo se fundamenta em uma pesquisa de tipo participante em curso, e mesclou-se com os estudos teóricos e coleta de dados sobre a condição do trabalho docente na UFMG, e as formas de resistência a ela na e pela greve de 2012 das universidades federais brasileiras. Os dados e informações tanto sobre a condição do trabalho docente quanto sobre a greve de 2012, aqui analisados de forma preliminar são também objeto de análise em continuidade da referida pesquisa, e de novo campo investigativo no interior do Grupo de Pesquisa-Ação Universitária UFMG/CNPq.

O presente estudo revela o fato dos professores da UFMG aderirem àquela greve merece uma análise particular, sob a hipótese de um possível apoio docente amplo aos governos Lula e Dilma; mas, ainda assim, a greve de 2012, e mesmo que tardiamente deflagrada na UFMG (após iniciada há um mês no país), esteve em grande medida centrada na luta pela reestruturação da carreira universitária, e se relacionou à avaliação objetiva de os professores universitários serem uma das carreiras de servidores públicos com formação superior mais mal remuneradas.

⁶ Veja parte do histórico desse processo de lutas em

O conflito grevista relacionou-se também a uma forte mobilização que buscou reverter a marcha em curso da precarização da atividade docente, submetida a maneiras "informais" de contratação e complementação salarial (bolsas variadas; professores substitutos ou temporários; professores voluntários) e a um modelo produtivista de avaliação de desempenho (elevação da carga de trabalho em sala de aula, combinada a cobranças de indicadores quantitativos de publicação, participação em congressos, orientações, patentes).

As formas de participação dos professores da UFMG na greve nacional foram multifacetadas, devido a distinções nas condições e relações de trabalho e também às diferenciadas motivações de caráter ideológico, ou mesmo pragmáticas.

Com o fim da greve, se constituiu o Coletivo dos Professores da UFMG, expressando sua identidade inicial com o documento Para Seguirmos Indignados⁷.

Por outro lado, o papel desempenhado pelo (autoproclamado) Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco (APUBH), considerado por esse Coletivo como distante dos anseios e dos interesses da maioria dos professores, por sua prática centrada não na mobilização ativa dos trabalhadores, mas sim em uma representação pautada por viés de caráter assistencialista, e empresarial.

Tal Coletivo desenvolveu, de 2012 a 2016, diversas ações para discussão dos problemas da categoria, tendo em vista o cenário e as mobilizações nacionais, por considerar que os problemas locais estão necessariamente condicionados pelas políticas econômicas do capital e governamentais e/ou estatais, levadas a cabo pelos governos federais e seus organismos; especialmente a CAPES, com seu papel de fomentador da produtividade acadêmica.

Referências

BERNARDO, João. Economia dos conflitos sociais. São Paulo: Cortez, 1991.

BUSTAMANTE, Javier. Sociedad informatizada, ¿sociedad deshumanizada? : una visión crítica de la influencia de la tecnología sobre la sociedad en la era del computador. Madrid: Gaia, 1993.

⁷ Ver sites: Mídias da greve de 2012: <https://www.facebook.com/greve.nasfederais?sk=wall>
<https://grevedosprofessoresufmg2012.wordpress.com/author/grevenasfederais/>
<https://twitter.com/GREVEUFMG2012>
Coletivo dos Professores criado após a greve de 2012: <https://coletivoprofsufmg.wordpress.com/>
<http://snack.to/fznfd02l>
Chapas de Oposição à Diretoria da APUBH: Eleições 2014: www.facebook.com/APUBHviva
Eleições 2016: www.APUBHviva.blogspot.com.br
Nota 27/02/18: <https://drive.google.com/file/d/10aS9RWOYX-r4hnCklToiMtQiydZzQnO0/view>

MANCEBO, D. & MARTINS, T. B. (2012). Expansão do ensino a distância: pressupostos para sua análise e marcos regulatórios. In: MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos R. (Orgs.). Trabalho docente e expansão da educação superior brasileira. Rio de Janeiro: EDUERJ, , p. 117-136.

MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.

MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Bertrand, 1988. 2v.

MELO, Savana Diniz Gomes . Trabalho docente e organização sindical em Minas Gerais. Educar em Revista (Impresso) , v. 48, p. 93-110, 2013.

TAVARES, Rosilene Horta. Trabajo, Tecnología de la Información y Política de las Transnacionales como Factores de Análisis de la Desigualdad Digital en Brasil. 626f. 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Universidade Complutense de Madri, Madri, Espanha, 2004.